

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz menção às atividades que realizou na última semana.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao Conselho Tutelar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito das vítimas de doenças e de acidentes de trabalho.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra o Trigésimo Primeiro Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à Acavitis.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se às rodovias estaduais e federais.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se a respeito da paralisação nacional dos profissionais da Educação.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se à aprovação pelo Senado do projeto de lei que garante a reconstituição da mama com prótese de silicone, através do SUS, para a mulher com diagnóstico de câncer de mama.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidentes, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, pela Rádio Digital ou aqui presentes nesta quinta-feira, quero fazer menção às atividades que realizei na última semana, na quinta e sexta-feira da semana passada, que foi a participação no 10º Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças, realizado em Salvador.

Entidades de praças de todo o país se reuniram em Salvador para fazer debates específicos das questões relativas aos praças, evidentemente, mas o tema principal era debater a proposta de nova lei orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, que tramita no Congresso Nacional.

Evidentemente que foi um debate rico, com a participação de diversos palestrantes, diversas áreas da sociedade, inclusive de pessoas ligadas ou dirigentes das entidades de direitos humanos.

Estamos nós praças nos organizando junto à sociedade civil, estabelecendo contatos mais profícuos com a sociedade civil organizada que tem preocupações na área de segurança para que se possa avançar.

A constatação de todos é de que existe a necessidade de potencializar as instituições de segurança, abrindo o poder de polícia para aquelas que são maiores. E esse é um debate bastante presente não somente na lei orgânica que se debate no Congresso Nacional, das Polícias e dos bombeiros militares, mas também agora, de forma mais aguda, sobre a PEC n. 0037 que, na nossa avaliação, pretende engessar e restringir ainda mais o poder de polícia, pois é ruim para o conjunto da sociedade.

Creio que todos nós aqui, pelo menos os parlamentares, e também nós, os servidores da segurança pública, somos acostumados a ouvir a expressão: "o que não está nos autos não está no mundo". Então vale para a avaliação e tomada de decisão do juiz o que está nos autos, e não estando nos autos não está no mundo.

E se tivermos uma única instituição no país inteiro que tenha o poder exclusivo de construir os autos, será que estaremos produzindo ou concordando com a existência de um poder absoluto? Essa é uma reflexão que precisa ser feita.

Particularmente, sou da tese há muitos anos de que temos que potencializar o Ministério Público, inclusive, com todo o respeito e não querendo afrontar evidentemente os delegados, com a possibilidade de extinguir o inquérito policial.

Tenho a convicção de que assim ganhamos um ano na persecução penal, se ampliar o Ministério Público, potencializar o Ministério Público, constituir polícias únicas ou polícias de ciclo completos será bom para a sociedade, agilizará o processo de persecução penal, desfazendo um pouco o sentimento de impunidade que existe em nosso país.

Mas é evidente que esse é um debate profundo e sério. Com todo o respeito aos delegados de Polícia, tanto das Polícias estaduais quanto da

Polícia Federal, que se pronunciaram ontem nesta tribuna, inclusive com a minha concordância para que se pronunciassem; com todo o respeito aos delegados, onde tenho amigos e colegas, não tenho inimizade com nenhum delegado, mas vejo na posição deles uma posição meramente corporativa de defender o poder de polícia exclusivamente centrado nas suas próprias mãos.

Eles são um número bastante restrito, pequeno, diante da quantidade de servidores da segurança pública concentrando exclusivamente todo o poder de polícia, ou seja, não só de investigar, mas todo o poder de montar os autos, aquilo que o juiz vai ler e sobre o que ele vai informar para tomar a sua decisão ou exarar o seu veredicto, sendo elaborado apenas por um grupo restrito de servidores, no caso, os delegados. Isso é um poder, do meu ponto de vista, muito absoluto para ser ocupado apenas por uma instituição. Precisamos democratizar esse poder de polícia, e isso é bom para o conjunto da sociedade. Essa é a nossa posição.

Outro assunto sobre o qual gostaria de falar trata do debate a respeito da reconstrução das ferrovias ou da rede ferroviária em nosso país.

Tenho acompanhado esse debate, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que é o presidente da Frente Parlamentar das Rodovias, na legislatura anterior, quando o deputado Pedro Uczai era presidente, na época da presidência do deputado Jorginho Mello. Inclusive, com o presidente Jorginho Mello, fomos ao ministério dos Transportes, em Brasília, para defender a construção, o mais rápido possível, da ferrovia oeste, chamada Ferrovia do Frango, agora é do milho, porque agora falta milho, então, tem que trazer do centro-oeste, e a construção também da ferrovia leste/oeste, ou a reconstrução.

Estamos de acordo. Tenho acompanhado a série de matérias que o *Diário Catarinense* fez nos últimos dias acerca da história das ferrovias neste estado e quero fazer algumas reflexões. A primeira delas é a constatação de que o Brasil já teve uma rede ferroviária federal, que era uma estatal, a Rede Ferroviária S.A. E os sucessivos

governos brasileiros foram desmontando-a, a partir do começo da década de 60. Curiosamente ou não coincide com a instalação no Brasil dos monopólios privados do automóvel e do caminhão. Os monopólios das indústrias automobilísticas instalaram-se no Brasil a partir da década de 50, e o desmonte das rodovias coincide com essa data. O abandono dos sucessivos governos incluindo o governo militar da ditadura, ou seja, foram abandonando pouco a pouco a ferrovia em benefício da indústria automobilística, do caminhão, da estrada, do pneu. Esse é um fato.

Li e achei curioso que o *Diário Catarinense* apresentou como motivo para ter encerrado a atividade da ferrovia que passava no meio-oeste, uma rodovia histórica, foi que em 1983 houve uma enchente, e a enchente levou a culpa de ter destruído a rede ferroviária federal. Evidentemente não deixa de ser verdade, porque já existia o abandono anterior de duas décadas, a falta de vontade dos governos e dos políticos em geral, inclusive dos que pertenciam a esta Casa legislativa, em incentivar a manutenção e a construção de ferrovias.

Foram fechadas na década de 80, e o que sobrou na década de 90, com o governo Collor, foi privatizado. A Rede Ferroviária Federal S.A. foi extinta, muitas ferrovias foram fechadas. E o que sobrou foi privatizado para a América Latina Logística. Qual era o discurso da época? Que o estado era incompetente, que seria necessário entregar para a iniciativa privada, porque revigoraria e faria funcionar a rede ferroviária.

E o resultado foi, mais de 20 anos depois, todo mundo atrás, aqui e acolá, da presidente Dilma, para que o poder público, o estado brasileiro, refaça a rede ferroviária federal que foi abandonada por todos os governos, desde a década de 60. Todos eles têm responsabilidade, e inclusive nesta Casa muitos fizeram discursos e aplaudiram, segundo os interesses dos monopólios privados do transporte terrestre.

Essas são avaliações que precisam ser feitas. O estado vai ter que refazer aquilo que já tinha

feito e entregou para a iniciativa privada que diziam que era competente. Moral da história: não existe mais.

Então, por que volta agora a necessidade da ferrovia? Porque esgotou a possibilidade da rodovia. Agora, todas as pessoas que trabalham com frango, madeira, celulose e porcos, batendo-se nos caminhões em estradas esburacadas e engarrafadas, dizem que foi um erro destruir as ferrovias. Foi falta de visão estratégica dos políticos brasileiros, infelizmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, recebemos aqui, na Casa, ontem, inclusive fomos recebidos pelo presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, eu na condição de presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da qual pertencem também os deputados Carlos Chiodini, Ismael dos Santos, Narcizo Parisotto, Valmir Comin e deputadas Dirce Heiderscheidt e Ana Paula Lima, - essa comissão exerce um trabalho extraordinário - e recebemos ontem, cada membro, a visita especial da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina. Os representantes dessa associação nos trouxeram uma situação importante que esta Casa poderá ajudar a resolver.

Em Santa Catarina temos 293 municípios, e cada município tem pelo menos um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. E cada município tem no mínimo cinco conselheiros chamados conselheiros tutelares, que fazem o serviço de tutela aos menores no seu município, que ocorre desde a sua implantação, considerando que esse conselho é muito importante para que haja uma mudança de conduta da própria sociedade em relação à criança.

Esse é um processo longo e, naturalmente, que, no início, os próprios conselheiros eram, de certa

maneira, dentro do processo de administração municipal, marginalizados, ou seja, eram os meninos dos conselhos. Isso foi ganhando importância, aliás, a importância que a criança e o adolescente vão tendo repercutem na própria casa.

A comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foi uma comissão criada no ano passado. Antes o direito da criança e do adolescente era defendido dentro da comissão dos Direitos Humanos, onde ficavam diluídos com os direitos das mulheres, com os direitos dos negros, com os direitos dos deficientes, enfim, com os direitos de inúmeras ditas melhorias, e muitas vezes os seus direitos eram vilipendiados. Então, o direito da criança e adolescente era diluído nessa comissão.

Dada a importância que esta Assembleia vem dando, a importância que a sociedade catarinense vem dando para a criança e o adolescente, e naturalmente que esta Casa é uma ressonância da sociedade, criou-se aqui uma comissão especial, assim como se criou uma comissão especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com alguma Deficiência. Criou-se também uma comissão Especial para o Combate às Drogas, a qual foi implantada recentemente.

Quero colocar que esta Casa está ouvindo os clamores da sociedade e vai representando as suas decisões em diversas ações.

Então, esperamos que à medida que se vai encorpando o direito das pessoas que exercem isso, também repercute em atos, em ações de fato, que darão garantia para que a nossa criança e o nosso adolescente possam ter uma formação complementar de família melhor.

Então, no ano passado, considerando essa situação do conselheiro tutelar, certamente alguém marginalizado dentro da estrutura funcional do município... Pra corrigir isso a Presidência da República em exercício, Michel Temer, na ocasião, através da Lei n. 12.696, estabeleceu em cada município pelo menos um conselho tutelar como órgão representante da administração pública

local, composto por cinco membros escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos e que seja permitido uma recondução, ou seja, cada município terá um conselho. E de acordo com o número de pessoas poderá ter um, dois, três. Florianópolis, por exemplo, tem três, Itajaí tem dois, Joinville deve ter três ou quatro, mas no mínimo teremos um conselho em cada município.

(Passa a ler.)

"Art. 132 - Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante processo de escolha.

Art. 134 - Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à renumeração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais renumeradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da renumeração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho tutelar e à renumeração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 139...

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho tutelar ocorrerá em data unificada em todo território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.”

Portanto, a lei diz que no ano de 2015 haverá eleição em outubro, no dia 4. E por isso recebemos a visita da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares, na intenção de prorrogar o mandato de todos os conselheiros municipais que estão hoje empossados prestando seus serviços e que os mesmos teriam os seus mandatos prorrogados até final de 2015. E quando houver o processo de escolha unificado nacional, aí a cada quatro anos, poderá o conselheiro se candidatar uma vez, ou seja, ser reeleito uma vez.

Também veio para esta Casa a intenção dessa lei para se fazer essa prorrogação. O presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, eu como presidente, os nobres membros da comissão, estamos estudando e analisando a possibilidade legal de fazê-la de abrangência estadual, justamente para prorrogar o mandato de todos os conselheiros que estão agora empossados. E em outubro de 2015 haverá uma eleição em todo estado e depois a cada quatro anos a escolha dos novos conselheiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Muito bom dia aos srs. deputados e a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Deputado Neodi Saretta, ontem tivemos a oportunidade de ouvir o sr. Jairo nos convidando para hoje estarmos no município de Criciúma, quando haverá uma grande mobilização que fala do tema das vítimas de doenças e de acidentes de trabalho.

(Passa a ler.)

“O dia 28 de abril é o dia em memória às vítimas de doenças e acidentes do trabalho.

Em 28 de abril de 1969, a explosão de uma mina nos Estados Unidos matou 78 trabalhadores. E esse fato marcou a data como o dia mundial em memória às vítimas de acidentes do trabalho. E em 2003, a organização internacional do trabalho instituiu o dia 28 de abril como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), morrem uma média de 6,3 mil pessoas por dia, em decorrência do trabalho, cerca de 2,3 milhões de vidas por ano. O anuário estatístico da Previdência Social de 2011 informa que no Brasil foram 711 mil ocorrências, com oito mortes por dia. Em Santa Catarina foram 45.930 acidentes, com 168 mortes e 1.541 pessoas com invalidez permanente.

De acordo com a subseção do Dieese na Fetiesc, o estado lidera o *ranking* nacional de acidentes do trabalho por população. E a cada mil trabalhadores e trabalhadoras 7,64 foram vítimas de acidentes de trabalho.

As atividades que mais adoecem são a construção civil e agroindústria. Em Santa Catarina, o abate de suínos, aves e pequenos animais lideram os acidentes de trabalho, com 2.184 ocorrências.

É realmente um dado alarmante para o nosso estado. Por isso, são muitos os desafios para conseguirmos avançar e dar um basta a essa realidade.

A Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador, presidida pelo nosso colega deputado Neodi Saretta, está debatendo a questão no estado e também propondo políticas públicas para diminuirmos significativamente o número de acidentes de trabalho em nosso estado. As vítimas, as mortes que são causadas, porque Santa Catarina realmente lidera esse *ranking* em nível nacional, pelo número da população...

O estado deve construir uma política de saúde para o trabalhador que enfoque a prevenção, a

assistência, a reabilitação, onde trabalhadores e trabalhadoras estejam em primeiro lugar. Também se pensa em incentivar empresas que invistam na promoção e prevenção da saúde, organizar campanhas que esclareçam normas, convenções, tratados, inclusive até as leis, e fiscalizar essas leis para a garantia da prevenção da saúde do trabalhador.

O Fórum Saúde e Segurança do Trabalho em Santa Catarina tem feito uma série de visitas aos municípios, onde existem centros de referências em saúde do trabalhador. O objetivo deles, desse Fórum, é solicitar relatórios sobre as ações dos centros para que as verbas não fiquem paradas nos cofres públicos - também a nossa união tem destacado grandes recursos para a prevenção - e que sejam implantadas ações de prevenção aos acidentes de trabalho, à saúde do trabalhador e da trabalhadora e principalmente a reabilitação das vítimas de acidentes de trabalho.

Um exemplo claro foi o município de Florianópolis que deixou de utilizar cerca de R\$ 1.200 milhão nos últimos três anos para este fim.

Por fim, pensar e agir ações que transformem essa triste realidade, onde o trabalho mata e adocece trabalhadores e trabalhadoras.

No dia de hoje, no município de Criciúma, realiza-se o Encontro do Movida - Movimento de Defesa da Vida, da Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora Catarinense.

O Movida foi criado, srs. deputados, em 2003 e tem a missão de buscar saúde, segurança e respeito ao ser humano acima do lucro e da exploração.

O Movida realiza anualmente, no mês de abril, o ato público em memória das vítimas de doenças e acidentes de trabalho, e este ano o evento acontece no município de Criciúma. E para este ano, a pauta de luta é a seguinte:

- Implementar no estado de Santa Catarina o Plano Nacional de Trabalho Decente, juntamente com a Secretaria do Trabalho;

- Fim do assédio moral e a discriminação no trabalho;

- Defesa do Sistema Único de Saúde, SUS, 100% público;

- Enfrentamento a LER/DORT e atenção à saúde da mulher”.

Esta é a pauta de reivindicação do Movida este ano, que vai ser debatida hoje, à tarde, no município de Criciúma.

(Continua lendo.)

“Quero neste momento dar os parabéns ao envolvimento dos sindicatos de trabalhadores, das centrais sindicais que se organizam em defesa da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e que todo ano tem debatido esse tema, que este ano vai ser realizado no município de Criciúma. E fica o convite a todos os catarinenses para participarem desse evento, hoje, dia 25 de abril.”

Era isto, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, também quem está presente em plenário, não vou fazer uso total do tempo, vou dividi-lo com o deputado Maurício Eskdlark.

Eu gostaria de fazer dois registros. E o primeiro faço em nome do deputado Ismael dos Santos. Está acontecendo desde sábado passado e vai até o dia primeiro de maio o Trigésimo Primeiro Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora, na cidade de Camboriú. E todos os parlamentares estão convidados para participarem. Hoje é a abertura oficial, no Ginásio Irineu Bornhausen.

Essa entidade mantém quase duas mil famílias em vários lugares, tanto do Brasil, como no exterior, fazendo obras de missões não só religiosa, mas também social. E quero em nome do

Pastor Cizimo Bernardino, pastor presidente, do vice-presidente, pastor Reuel Bernardino, e de toda diretoria dos Gideões Missionários fazer a extensão do convite a todos os catarinenses para que participem e prestigiem essa festividade.

Camboriú, que tem pouco mais de 30.000 habitantes, espera receber nesses dias de festa, deputada Ana Paula Lima, 150.000 pessoas. Ou seja, um número elevado, talvez cinco vezes a população daquela cidade, e toda a região, Balneário Camboriú, Itapema, Penha, Navegantes, Itajaí, acaba recebendo os benefícios dessa grande festividade que começou há 31 anos que hoje é uma das entidades missionárias maior do mundo, talvez a maior festa missionária do mundo.

Eu, como participante do grupo *déjà vu*, fico feliz de participar desde a primeira missão, quando ainda era realizada na igreja antes do ginásio ser feito.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Kennedy Nunes, apenas quero me somar às suas considerações e também me congratular com a energia, com a força e com a determinação do reverendo e pastor Cesino Bernardino, que já tem mais de 70 anos e que esbanja determinação, permanecendo inclusive de pé. Ele nem senta durante as reuniões que começam às 7h e vão até à meia-noite.

Mas quero destacar o trabalho social dos Gideões Missionários. São inúmeros barcos no rio Amazonas e em outras reuniões. É um trabalho fantástico que fazem no Haiti, nos países da África, enfim, toda uma gama de ações sociais que merecem os nossos aplausos e os registros nesta Casa.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado também, deputado.

Eu, como filho de missionário, meus pais foram missionários durante muitos anos na Bolívia e na Argentina, sei muito bem o que é conviver com essa

vida de missionário, ver os pais renunciando a família, a nação para ajudar outras pessoas. Por isso quero aqui parabenizar mais uma vez os Gideões Missionários.

O segundo assunto, sr. presidente e srs. deputados, está-me preocupando um pouco. Eu sou jornalista tanto de profissão quanto de formação. Sempre digo que sou jornalista e estou deputado, porque a minha profissão é da comunicação social.

Aprendemos o trabalho do jornalismo, da comunicação social no desenvolver da atividade ou nos bancos da universidade. Queiram ou não queiram, somos formadores de opinião.

Eu me preocupei porque ao vir para cá hoje, ouvindo uma rádio da cidade de Itajaí, sou fã de ouvir rádio, e ouvindo depois comentaristas políticos da própria rádio CBN, fiquei preocupado com algumas coisas. Fiquei preocupado, por exemplo, deputado Jorge Teixeira, com o que estão comentando em relação a uma PEC que foi aprovada, ontem, pela comissão de Constituição e Justiça, da qual o nobre catarinense deputado Décio Lima é presidente, que muda algumas regras com respeito ao Supremo Tribunal Federal.

O comentário que ouvi hoje: os petistas condenados no Supremo Tribunal Federal aprovaram uma lei que agora tira forças daquele Tribunal e querem que ela passe novamente pelo Congresso, desrespeitando a decisão do Supremo Tribunal Federal, e daí para frente.

Se não temos base na informação, diríamos que os deputados, ontem, fizeram uma grande sacanagem com o povo, com o eleitor e com as coisas, criando ou trazendo para si o manto da inconstitucionalidade. Ou seja, pode fazer sacanagem, o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte condenar e os deputados vão passar um pano quente em cima e acabou.

Tenho absoluta certeza de que quem ouviu hoje os comentários desses pseudocomentaristas ou formadores de opinião pública podem dizer que eles estão dizendo o seguinte: ontem, os deputados fizeram uma grande sacanagem tirando do poder do Supremo Tribunal Federal a decisão. Mas me achei

na obrigação de vir aqui e esclarecer. O que foi mudado ontem?

Em primeiro lugar, a proposta de mudança seria as súmulas vinculantes. O que é isso? É aquilo que o Supremo Tribunal Superior decide e as outras Cortes seguem a decisão.

Então, quando houver uma súmula vinculante, para que ela seja acompanhada pelas outras instâncias, primeiramente, tem que passar pela aprovação do Congresso Nacional, e não há nenhuma sacanagem nisso. O que estão querendo é eliminar qualquer má interpretação da lei. Quer dizer, quando o Supremo Tribunal Federal julga, apenas vai valer para as outras instâncias se o Congresso Nacional aprovar. Perfeito! Não vejo nenhuma sacanagem nisso.

Com relação à segunda mudança, gostaria de dizer que aprovamos aqui uma PEC estadual dos bombeiros voluntários e a Associação dos Bombeiros Militares do Brasil entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, que está com o ministro Luiz Fux, para saber se aquilo que nós aprovamos aqui é inconstitucional ou não? Aí, vamos supor que o ministro relator e os demais ministros digam que é inconstitucional, hoje, vale a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas com essa mudança, apenas valerá essa decisão se os congressistas ratificarem a inconstitucionalidade. Perfeito! Não há nenhuma sacanagem nisso também.

Com relação à terceira mudança, para alterações de leis e normas, hoje, o mínimo exigido são seis votos dos ministros, com a mudança, sobe para nove votos. Por que os ministros do Supremo estão berrando?

Esses dias estávamos aqui discutindo com algumas pessoas e alguém disse: "Mas vocês não podem mudar a lei"? Mas espera aí, eu sou legislador! Estou aqui para mudar a lei, sim. Como não posso mudar a lei? E se é o Congresso Nacional que designa o quorum mínimo ou o quorum qualificado do Supremo, por que eles não podem mudar?

E, finalmente, com relação à quarta mudança, as decisões liminares das ações de inconstitucionalidade apenas valerão se aprovadas no Plenário do próprio Supremo.

Quer dizer, exemplificando, aprovamos aqui a PEC dos bombeiros e digamos que a Associação dos Bombeiros Militares peça uma liminar para derrubar a nossa PEC e o ministro defira essa liminar numa decisão monocrática. O que agora essa mudança faz, deputado Reno Caramori? Apenas valerá a liminar se aprovada pelo próprio colégio eleitoral do Supremo Tribunal Federal, nem vai para o Congresso Nacional, fica ali mesmo. Ou seja, essas quatro mudanças propostas ontem e aprovadas na comissão de Constituição e Justiça não cria crise institucional, não se trata de uma sacanagem dos parlamentares, não tem nada disso. Quem for condenado hoje vai continuar sendo condenado com a mudança e não há nenhum risco para a permanência da corrupção ou qualquer outra coisa desse tipo. Essa lei é muito pontual na questão das inconstitucionalidades, as Adins.

Concordo aqui que, se ao Supremo Tribunal Federal está extrapolando nas decisões é por omissão do Congresso Nacional, que muitas vezes demora em resolver as leis. Mas sobre essa PEC quero alertar e esclarecer à sociedade catarinense que não há nenhuma sacanagem, a não ser que os professores de Deus, muitas vezes, por trás de uma toga, comecem a pensar que são deuses. Mas temos que ter em mente que estamos falando de um Congresso Nacional, e se até dentro de cada família há os bons e os ruins, imaginem num Congresso Nacional, que representa a sociedade. Não vou defender nem culpar ninguém, mas todos lá estão com direito do voto, do voto popular, voto mesmo, e não voto de indicação para entrar no Supremo Tribunal Federal, que muitas vezes ocorrem em troca de favores políticos. O Congresso Nacional é como esta Casa, ou seja, ninguém entra de graça, e sim porque obtiveram votos. Agora, temos que observar como a imprensa está colocando isso para a sociedade catarinense e para a sociedade brasileira, porque parece que ontem os

deputados fizeram uma baita sacanagem, o que é mentira, especialmente, dita por alguns que querem dar a entender que essas mudanças podem beneficiar alguém que foi condenado pelo Supremo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela abordagem e dizer que a visão é corretíssima. A súmula vinculante na verdade vira lei. E quem tem o poder de legislar neste país? O Congresso Nacional, o Poder Legislativo.

Então, uma decisão tomada lá pela mais alta corte, em tese, ou pelo entendimento, virando súmula vinculante, tem que ser obedecida pelos demais tribunais. Se ela vira lei, nada mais justo que ela passe pelo Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, pela mudança, se o resultado do Congresso Nacional for diferente ao do Supremo, vai para uma consulta popular. Ou seja, é muito claro e evidente isso.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Exatamente. Então, já há uma luta muito grande para que cada Poder cumpra com as suas atribuições constitucionais.

Portanto, daqui a pouco vamos ter cada decisão do Supremo Tribunal virando lei e a "desnecessidade" até do Congresso Nacional. E uma decisão que é importante, correta e fundamentada num determinado caso pode ser que não seja a mesma decisão para outro caso.

Assim, entendo que a súmula vinculante pode virar lei, mas para virar lei tem que passar pelo Congresso Nacional.

É acertado o posicionamento e a visão de v.exa.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado.

Eu gostaria de deixar bem claro que esse tema deve ser novamente debatido por todos nós, até para que possamos ter bastante ciência daquilo que estamos falando, principalmente quando se fala em formação de opinião pública.

Meus colegas jornalistas, vamos ter um pouco mais de cuidado ou pelo menos conhecer um pouquinho mais antes de falar algo que parece que no ditado popular a opinião é que vale.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de registrar a presença do vereador Abrahao Mussi, de Três Barras; do presidente do PT daquela cidade, Luiz Cezar Pacheco; do secretário de Urbanismo do município, sr. Marcos Rogério de Paula,; e do sr. Dolizete Celestino Carlos de Maria, intendente-adjunto do município, que fazem uma visita a Florianópolis e também ao Parlamento catarinense. Sejam todos bem-vindos!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Com a data vênica do meu amigo, deputado Reno Caramori, que ontem presidiu a abertura da instalação da comissão de Prevenção às Drogas - e obrigado, deputado, pela forma como conduziu os trabalhos -, eu gostaria de registrar, nesta manhã, sr. presidente e srs. deputados, a presença na Casa do suplente de vereador de Balneário Camboriú, o nosso colega Omar Tomalih, que no último domingo, deputado Kennedy Nunes, ajudou a coordenar, juntamente com a Unipas de Balneário Camboriú, a famosa Marcha para Jesus, que reuniu 10 mil jovens nas ruas daquele município. Foi uma festa belíssima no domingo pela manhã agraciada pelo sol que Deus nos favoreceu. E tive a oportunidade de me referir àquela multidão de jovens animada que não precisou da força das drogas nem ser regada a álcool para estar lá vibrando, aplaudindo e torcendo por uma Santa Catarina com mais paz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)
- Muito obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, deputado Ismael dos Santos, parabéns pelo evento - e eu o acompanhei pela imprensa. Somente assim vamos diminuir essa situação bravia que estamos enfrentando, e que a comissão que foi formada ontem, e que v.exa. preside, deverá tentar minimizar.

Deputado Valmir Comin, v.exa. que tem compartilhado conosco e que tem escutado por várias vezes a minha insistência em valorizarmos o produto catarinense, mais uma vez venho a esta tribuna cumprimentar primeiramente o grande presidente da Acavitis.

A Acavitis é associação catarinense dos produtores e fabricantes de vinhos finos de altitude. O meu amigo Leônidas Correia Ferraz, que também é produtor de uvas e de vinho de primeiro mundo...

Mais uma vez premiamos vinhos da nossa região. E cumprimentando mais uma vez o Leônidas, gostaria de dizer que ele está no caminho certo, apoiando essa iniciativa.

A Estela Benet escreveu um artigo no *Diário Catarinense*, sob o título de *Vinícolas no topo*.

(Passa a ler.)

"Vinícolas de SC conquistaram duas importantes premiações no Expovinis, ontem, em São Paulo. O espumante Rosé Brut 2012 da Villaggio Grando, de Caçador, do empresário Guilherme Grando, foi eleito Melhor Espumante Nacional. E o vinho Basaltino, da vinícola Pericó, de São Joaquim, de Wandér Weege, venceu como melhor tinto na categoria Tinto Nacional de Outras Regiões."

Essas duas vinícolas já premiaram várias vezes os seus produtos, como a Acavitis, deputado Valmir

Comin, já premiou centenas de vinhos produzidos pela associação.

Lá no vídeo podemos ver a foto de Guilherme e Wandér, dois grandes cantineiros, tanto quanto os demais que formam a Acavitis.

(Continua lendo.)

"Há algo novo no cenário dos vinhos brasileiros. É a Coopervitis, instituição que irá promover, a partir do estado de São Paulo e para todo o Brasil, as vendas coletivas dos vinhos de altitude de Santa Catarina. A Coopervitis é o braço comercial da Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude, a Acavitis. Trata-se da união de vinícolas localizadas nas regiões de São Joaquim, Caçador e Campos Novos. Essa estrutura irá promover as vendas conjuntas - sem intermediários e com preços competitivos - dos aproximadamente 180 rótulos de vinhos de alta qualidade produzidos por vinícolas filiadas à Acavitis. Uma forma inédita e inovadora de comercialização que irá beneficiar pela diversidade, disponibilidade e melhores preços o consumidor brasileiro.

A Associação Catarinense dos Vinhos Finos de Altitude, Acavitis, reúne produtores que, há pouco mais de uma década, decidiram investir nos novos *terroirs* de São Joaquim, Caçador e Campos Novos. Tratam-se de regiões frias, nas quais a uva amadurece de forma lenta e completa. E onde, com o uso de modernas tecnologias e o trabalho de excelentes agrônomos e enólogos, está nascendo um novo conceito de vinho brasileiro, vinhos em vários estilos, espumantes, brancos, rosados, tintos e vinhos doces naturais, produtos intensos, estruturados e longevos, com as características próprias dos terrenos de altitude."

Aí nós temos quase 30 produtores de vinhos, sr. presidente, que produzem vinho de qualidade, e a Acavitis é uma entidade fiscalizadora. Ela só permite a produção e a comercialização dos vinhos de altitude quando a uva é de boa qualidade. O produto passa pelos testes rigorosos, para que todos os seus associados tenham um produto equivalente, comparando região por região,

varietal por varietal, produto por produto, mas que preencha os requisitos mínimos de um produto de alta qualidade para colocar no mercado.

Tanto é que hoje os vinhos da Acavitis estão no mercado em São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. E já temos, deputado Valmir Comin, empresas exportando o nosso vinho como amostra lá no exterior, até em países produtores de vinho.

Por isso, quero cumprimentar a Acavitis, o seu presidente Leônidas, todos os seus associados, por essa brilhante teimosia na produção de boa qualidade, para que possamos oferecer ao catarinense e ao brasileiro um produto genuinamente nosso.

Não desprezo em absoluto os vinhos importados, falo não por ser bairrista, mas pela constatação do produto de qualidade que o nosso vitivinicultor produz em Santa Catarina.

Além dos vinhos de altitude, temos os de mesa, que chamamos de vinhos do dia a dia, também de excelente qualidade, produzidos em Iomerê, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Salto Veloso, tanto os vinhos tintos, como o rose e o branco. Lá também são fiscalizados pelo sindicato dos vinhos, todos com o seu enólogo, com o seu agrônomo cultivando especialidades novas e tratando a produção com o maior cuidado, para que de boas uvas se façam bons vinhos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos dão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11m.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. deputado Kennedy Nunes que preside esta sessão, demais srs. deputados e sras. deputadas.

(Passa a ler)

"Domingo agora, dia 28 de abril, será marcante em nível mundial o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, em todo o mundo, cerca de 270 milhões de trabalhadores são vitimados em decorrência de acidentes de trabalho todos os anos.

Em nosso país, somente entre trabalhadores formais, com vínculo celetista, que correspondem a 30% da população economicamente ativa, foram contabilizados 653.090 acidentes no ano de 2007.”

Estamos fazendo essas colocações em função do Dia Mundial de Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho e também em função de ações que temos desenvolvido, em Santa Catarina, através da nossa Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e também de alguns outros eventos que estão acontecendo pelo estado a respeito da saúde do trabalhador.

Hoje mesmo teremos um evento que será realizado em Criciúma, organizado pelo Movida, a respeito da saúde do trabalhador, e outro evento na cidade de Concórdia, com entidades sindicais, sobre esse mesmo assunto. Não estaremos presentes, mas a assessora da nossa bancada, a Shirlei, fará a exposição sobre os trabalhos que temos desenvolvido na Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Uma questão importante também que queremos destacar é que o governo federal, em ações articuladas entre os ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, vem desenvolvendo uma política nacional de saúde e segurança do trabalhador. Entre as ações estratégicas desta política, pode-se destacar: a implantação de 178 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador no SUS, a realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, novo método para concessão de benefícios previdenciários acidentados pelo INSS.

Em relação à data do dia 28 de abril, por que especificamente essa data? Ela refere-se a um fato acontecido que foi a explosão de uma mina nos Estados Unidos, que matou 78 trabalhadores. A tragédia marcou a data como o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho. Encampada essa luta, mas com foco na prevenção, a

Organização Internacional do Trabalho instituiu, em 2003, o dia 28 de abril como o Dia Mundial da Saúde e Segurança do Trabalho.

Já citamos alguns dados em outras ocasiões aqui. E ontem também a presença do representante de entidades, sr. Jairo, falou sobre o número de acidentes de trabalho tanto em nível nacional quanto em Santa Catarina. E são dados realmente preocupantes.

Durante o período, para se ter uma ideia, de 2006 a 2008, segundo dados do *DataPrev*, houve registro de quase dois milhões de acidentes de trabalho no Brasil. Já no período de 2009 a 2011 houve um aumento desses acidentes de trabalho, chegando a 2.154.000 pessoas.

No estado de Santa Catarina, o dado também é bastante alarmante. O estado ocupa o 1º lugar no *ranking* nacional de acidentes de trabalho por população, deputado Kennedy Nunes, um primeiro lugar que não é honroso, infelizmente. Ou seja, de cada mil trabalhadores, 7,64 deles foram vítimas de acidentes de trabalho. Os dados são do ministério da Previdência Social e do IBGE.

Somente em 2011 foram registrados pela Previdência Social 45.930 acidentes de trabalho, sendo que apenas 27.242 deles foram emitidos à chamada CAT, Comunicação por Acidente de Trabalho.

Então, queria apresentar esse dados, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, para marcar também o dia 28 de abril como o Dia Mundial de Memória às Vitimas de Acidentes de Trabalho e para mais uma vez alertar sobre o tema e pedir o engajamento de toda a sociedade catarinense, da área empresarial, dos trabalhadores, da iniciativa privada, da iniciativa pública, para diminuirmos essa triste estatística de acidentes de trabalho acontecidos em nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não há deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra.

Encerrado o horário dos Partidos Políticos, irei suspender a sessão por até dez minutos para fazer o sorteio das escolas que irão participar da 15ª Edição do Programa Parlamento Jovem Catarinense.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas para registrar com satisfação a presença do vereador Rudimar de Souza, de Palmitos, que prestigia a sessão nesta manhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja bem-vindo, vereador Rudimar de Souza.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está reaberta a sessão.

Agradeço ao deputado Gelson Merisio. Que a escola possa estar representando bem a região oeste na 15ª edição do Parlamento Jovem.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0393/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0394/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0395/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0397/2013, de autoria do deputado Ciro Roza.

Requerimento de autoria da deputada Luciane Carminatti e outros deputados, solicitando a apreciação e rejeição do parecer da Mesa ao Projeto de Resolução n. 11/2012 e adoção do novo parecer.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 031/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt e outros deputados, solicitando ao diretor-geral da Agência Nacional dos Transportes Terrestres especial atenção no sentido de reabrir as saídas laterais da BR-101, recentemente fechadas, no trecho de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim das matérias da pauta da Ordem do Dia.

Consulto as lideranças no sentido de colocar em votação na manhã de hoje, extrapauta, o Projeto de Lei n. 0046/2013, de origem do Poder Executivo, que institui o Programa Badesc Cidades - Juro Zero, com o parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças e Economia.

O Sr. Deputado Maurício Eskudulark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado KENNEDY NUNES) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudulark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero dizer da importância desse projeto. Mais um projeto que o governo do estado implementa.

Nós temos tido contato, informações, reuniões, sobre a importância do juro zero para os empresários de Santa Catarina. E agora o governo também, com este Projeto Cidade Juro Zero, vai implementar muito investimento no estado. E é uma grande cota de participação para obras prioritárias em cada município, no estado de Santa Catarina.

É muito importante a votação desse projeto.

Parabéns!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado KENNEDY NUNES) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, como a nossa Bancada sempre cobra muitos investimentos para o estado, na infraestrutura, condição de transporte e outros no estado, nós entendemos que o quórum está baixo, hoje, mas, mesmo assim, tivemos a tranquilidade de aprovar esse projeto nas comissões. Entendemos que é importante agilizar a sua aprovação; por isso, a nossa bancada não se opõe. E entendemos que é fundamental.

O estado conseguiu esse recurso via bancos, sistema financeiro, empréstimos, para passar para os municípios e pagar os juros desse recurso.

Então, nós votamos favorável.

O Sr. deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, inicialmente quero agradecer a v.exa. pela inclusão desse projeto na pauta do dia, até por entendermos que como foi tramitado em todas as comissões e todas as discussões que naquele momento suscitavam dúvidas foram equacionadas. E como estamos num momento que dá para vir a Plenário, estamos contribuindo com todos os municípios de Santa Catarina.

Gostaria aqui, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, de deixar bem claro que esse juro vai ter um pagador. De onde é a fonte que vai pagar esse juro? A primeira fonte é do lucro do Banco de Fomento, o Badesc. Não havendo recursos suficientes, o Tesouro vai aportar a diferença para pagar algo em torno de R\$ 35 milhões, ao ano, desse programa para as prefeituras.

Então, quero cumprimentar v.exa. pela sensibilidade de colocar em votação, mas de qualquer forma quero dizer, em nome do governo, da importância desse projeto para o desenvolvimento dos 295 municípios catarinenses.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)
- Muito obrigado, deputado Aldo Schneider!

Discussão e votação do Projeto de Lei n.: 0046/2013, de origem governamental, que institui o Programa Badesc Cidade Juro Zero.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje estamos com três deputadas mulheres em plenário, acompanhando-nos nesta manhã.

Quero, sr. presidente, trazer, hoje, para esta tribuna o tema das rodovias estaduais e federais. E destaco aqui uma grande mobilização, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que participou da mobilização da comunidade lá na região de Tunápolis e Itapiranga, com mais de duas mil pessoas, pelo asfaltamento daquela rodovia que liga Itapiranga a Linha Becker. Aliás, já existe o asfalto de Linha Becker até Tunápolis, e a sociedade está se mobilizando para ter essa condição de dignidade, pois lá há uma produção muito grande de frangos, suínos, leite.

Aquela região é importante, pois está na divisa com a Argentina e há muito tempo reivindica o asfalto do referido trajeto. Ainda são 30 quilômetros que faltam asfaltar, ligando vários municípios, não apenas Itapiranga, Linha Becker até Tunápolis, mas tem a região de Descanso, Santa Helena, Belmonte, Tunápolis, que é uma região importante na produção agrícola do nosso estado e do desenvolvimento regional, sendo que poderíamos chamá-la de início do estado ou final do canto, pois é extremamente produtora.

O nosso oeste, extremo-oeste catarinense têm se destacado nesses últimos anos. O movimento agropecuário cresceu muito, e nós precisamos dar condições às pessoas do interior, dos pequenos municípios de se desenvolverem. E a rodovia e a condição de tráfego de caminhões, carros para levarem essa produção é extremamente importante.

Então, a comunidade mobilizou-se, está extremamente organizada, estão reivindicando.

O ex-governador Luiz Henrique da Silveira, na sua primeira campanha, prometeu que iria fazer, mas só fez o trajeto de Itapiranga à linha Becker.

Estamos aí nessa reivindicação, as prefeituras municipais de todas as regiões e a sociedade mobilizando-se. E estamos nessa luta para que essa região tenha condições melhores de se desenvolver. É uma promessa do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e um compromisso também do atual governador Raimundo Colombo.

Esse trajeto ainda não está nos planos, nos projetos mais imediatos do governo. E aqui não vamos cansar de lutar. Não vamos parar antes que essa rodovia de fato seja asfaltada, seja estruturada, para trazermos melhores condições de desenvolvimento àquela região importante na produção, no desenvolvimento, para darmos uma condição de vida melhor às comunidades que moram nas regiões de todo o estado de Santa Catarina.

Todos sabem, temos claro, que a rodovia, o asfalto, ajuda muito na perspectiva do desenvolvimento, em especial na linha Becker que é um dos berços da Oktoberfest. E depois veio para

Itapiranga. Foi lá que começou esse grande evento cultural, a Oktoberfest de Itapiranga.

Sr. presidente, quero deixar registrado, deixar isso muito claro e dando o nosso apoio à comunidade regional, para que esse asfalto, de fato, se concretize o mais rápido possível.

Estamos aqui lutando para que esse projeto seja incluído nos projetos do Pacto por Santa Catarina.

Sr. presidente, srs. deputados, estivemos na terça-feira numa reunião importante com o superintendente estadual do DENIT, o engenheiro João José dos Santos, discutindo a problemática das nossas rodovias 282, 158, 163.

Temos uma informação muito importante para o nosso estado. A informação geral é de que temos já garantidas por parte do governo federal nesse próximo período um investimento de R\$ 600 milhões na BR-282.

Vamos ter ainda mais 15 quilômetros de terceira pista, vamos ter inúmeros trevos, reestruturação das rodovias. Temos alguns problemas em algumas regiões, em especial a travessia do município de Pinhalzinho que está com muitos buracos. E temos reivindicações antigas, que agora estão nesse projeto que a empresa do Rio Grande do Sul ganhou a licitação e vai fazer a reestruturação nesse próximo período. A expectativa é que em dois anos boa-parte dessas obras estarão realizadas.

Estamos com uma reivindicação muito grande da comunidade regional, que é o trevo do município de Cunha Porã ao município de Maravilha, que liga as BRs 158, 282, um trajeto de muitos problemas, com muitos acidentes, muitas mortes.

Estamos com o trevo de acesso no município de Pinhalzinho, uma reivindicação muito grande dos alunos da comunidade. A passagem subterrânea de pedestres em Nova Erechim, pois a cidade está dividida em dois lados, o que têm dado muitos acidentes. Temos o acesso ao novo trevo de Itaberaba. Além disso, toda a reestruturação da BR-163 e o acesso a Palmitos. E a informação importante da BR-163 é de que na próxima semana

sai a licença ambiental por parte da Fatma. Aí a obra estará pronta para ser licitada.

A expectativa é de que o ministro dos Transportes venha dar a ordem de serviço para essa obra que para a comunidade do extremo Oeste tem uma grande importância.

Na rodovia que liga os municípios de Dionísio Cerqueira a São Miguel d'Oeste o tráfego de caminhões e carretas é muito grande. Essa região vai do Paraná ao Rio Grande do Sul, e os caminhões e carros que sobem aquela rodovia precisam dessa reestruturação urgentemente.

Então, as informações que tivemos nessa audiência são fundamentais, e vamos acompanhar nesse próximo período a execução dessas obras, também a agilidade, porque há uma reivindicação muito grande de reestruturar essa principal rodovia que corta o estado de Santa Catarina, que tem uma importância econômica de desenvolvimento enorme e também de segurança para os nossos motoristas que trafegam nesse trajeto.

A informação desse investimento de R\$ 600 milhões somente para a BR-282 nesse próximo período com certeza vai trazer mais segurança, vai trazer mais dignidade para quem trafega nesse trajeto dessa rodovia no estado de Santa Catarina. Além disso, temos inúmeras outras obras em outras regiões, como o trevo de Varjão, pois na entrada de Varjão não tem rótula, não tem trevo, e também está incluído nas obras.

Sr. presidente, era isso que eu queria trazer à tribuna e para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, parabéns pelas suas palavras e parabéns para o governo que está fazendo esse investimento naquela importante região, como v.exa. falou.

Com a palavra o próximo orador, sr. deputado Maurício Eskdlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fortalecer o registro da aprovação de mais um

programa de governo, mais uma lei, o Projeto Juro Zero.

Estivemos nessa semana acompanhando o deputado Paulinho Bornhausen, secretário de Desenvolvimento Sustentável, em um roteiro pelo estado de Santa Catarina, e na explanação sobre o que está sendo feito pelas empresas, em parceria o governo do estado, secretaria de Desenvolvimento Sustentável e o Sebrae são mais de 2.400 mil empresas atendidas com qualificação, com orientação, com apoio e também com recursos do Programa Juro Zero.

Quando se fala juro zero o empresário ou quem está recebendo o recurso acha que não vai pagar, mas alguém tem que pagar. É igual quando se diz que o almoço é grátis. Mas não é grátis, porque alguém vai pagar aquela despesa.

O governo do estado é quem está bancando esse juro para os empresários, para os micro e pequenos empresários, para os novos investidores. Então, o governo está acreditando num contrato em que o empresário paga as oito primeiras parcelas, e a nona parcela que corresponde aos juros é quitada pelo governo do estado.

Agora, temos o Projeto Juro Zero para os municípios, também mais um projeto do governo de nosso estado, do governador Raimundo Colombo, que tem o objetivo de ajudar os municípios em importantes e prioritárias obras para o estado. Os municípios recebem os recursos, e o governo do estado é quem banca os juros, os custos do financiamento junto ao Badesc. É, portanto, outro projeto importantíssimo para o desenvolvimento de Santa Catarina, dentro de todos os projetos, como o do pacto pela saúde, pacto pela educação e o pacto pela segurança. Ou seja, os investimentos estão sendo feitos, e isso é importante não só para quem está sendo beneficiado como também para a sociedade catarinense como um todo, que precisa ter conhecimento desses investimentos.

Às vezes o fato acaba sendo desconhecido e a versão acaba sendo mais conhecida. É o caso da educação.

Srs. deputados, foi falado desta tribuna, esta semana, pelo deputado Kennedy Nunes, que Santa

Catarina foi um dos primeiros estados, senão o primeiro, a implementar o piso salarial dos professores. Ainda temos estados que não implementarem e, claro, nenhum professor em Santa Catarina recebe menos que o piso nacional estabelecido. Talvez pela forma como foi anunciado e implementado no início, tenham ficado algumas dúvidas. Então, o governo tem cumprido.

Ontem, tivemos aqui a palavra do delegado Carlos Diego de Araújo, vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, Adepol, junto com o delegado Renato Hendgs, presidente, reeleito, que amanhã tomará posse no cargo, com a diretoria e o conselho fiscal eleitos.

Queremos registrar aqui a importância desse trabalho que tem sido desenvolvido, parabenizar o delegado Renato Hendges, que muitas vezes, no extremo da sua vontade, busca conquistas para a categoria e toda a diretoria eleita, o Paulo Coelho e todos que estão na diretoria. Nossos parabéns a todos. Sabemos da luta, da seriedade e que estamos juntos na Assembleia apoiando sempre os pleitos e as suas indicações.

Ontem, no Senado Federal, foi aprovado do PLC n. 132/2012, que regulamenta as atribuições dos delegados de polícia. Ou seja, aquilo que se busca fortalece a atividade da Polícia Judiciária e investigativa, não permitindo que o delegado seja removido da comarca, ou seja, retirado da presidência do inquérito policial sem uma fundamentação. O que nós queremos? Queremos que aquele que investiga tenha autonomia, tenha poder, tenha isenção para poder praticar os seus atos, fazendo o trabalho em defesa da sociedade.

Esse PLC vem trazer o fortalecimento da inamovibilidade e o fortalecimento de não poder ser retirado sem fundamentação da presidência de qualquer investigação.

Então, no momento em que o país ainda passa por uma grave crise moral, precisamos, sim, que as autoridades policiais tenham condições de agir com isenção na apuração de qualquer crime, não somente dos crimes comuns, do dia a dia, mas nos crimes do

colarinho branco, nos crimes complexos, tendo a liberdade total para a execução da sua atividade como delegado de polícia.

Quero registrar a presença no plenário do delegado Renato Ribas Pereira, de Itajaí, também vereador, que sabemos da maneira como age.

Então, delegado Renato Hendges, mais uma conquista ontem para a categoria, certamente como será a aprovação da PEC 37, fortalecendo a Constituição, os direitos e as garantias individuais, a Justiça, promovendo à Polícia Judiciária, à Polícia Federal e à Polícia Civil um grande trabalho.

Como disse, ontem, o presidente da Adepol, somente no último ano 22.000 prisões foram feitas e lavradas pelas autoridades policiais, pela Polícia Civil no estado de Santa Catarina. É um trabalho muito grande, mas também tem que ser fortalecido o trabalho da DEIC, de grupos especiais, no sentido de que as investigações mais complexas possam ser conduzidas com total isenção e autonomia, sem qualquer tipo de pressão.

Sabemos que os nossos profissionais, que os nossos colegas delegados de polícia não se submetem a nenhum tipo de pressão, mas quanto mais garantias constitucionais, quanto mais amparo legal para a sua ação, para a sua atividade, melhor para o cidadão, para a Justiça e à sociedade brasileira. Temos que ter força, determinação e amparo legal para as suas ações.

Então, parabênzo a Adepol pela posse da nova diretoria, fato que ocorrerá no dia de amanhã, e parabênzo a todos por mais esse avanço na conquista de garantias constitucionais em defesa da lei, da Justiça e da ordem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, apenas a título de esclarecimento, anteriormente

falei sobre as ferrovias e citei um valor de R\$ 600 milhões apenas na BR-282, mas esse valor é para a recuperação de todas as rodovias federais, fora as grandes abras, como a BR- 163, a BR-470, a BR-280, que estão fora desse projeto.

Gostaria, também, de convidar os srs. parlamentares para participar nos eventos das ferrovias amanhã, às 10h, na Unidavi, em Rio do Sul, promovido pelas associações de municípios e pelas associações comerciais; e às 13h30, em Curitiba, na Universidade do Contestado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, gostaria, sr. presidente, de registrar a presença do prefeito de Palmitos, sr. Norberto Gonzatti, da região oeste.

Quero, sr. presidente, em primeiro lugar, fazer a minha manifestação com relação à paralisação nacional dos profissionais da Educação que teve início no dia 23 e já está, portanto, no terceiro dia.

Gostaria, de antemão, de esclarecer, conforme falou o deputado que me antecedeu, sobre o fato de o estado de Santa Catarina cumprir a lei do piso.

Vejam bem, a lei do piso, para quem está nos acompanhando, Lei n. 11.738, não trata apenas de um piso na carreira, mas de um piso inicial de uma carreira com reajuste automático e com a garantia de hora/atividade de um terço. Isso tudo é a composição da lei do piso.

Em Santa Catarina, é importante que se diga, este governo do estado, assim como o anterior, entrou com todas as ações no sentido de questionar essa lei, inclusive, por duas vezes, o estado de Santa Catarina moveu duas ações no Supremo Tribunal Federal.

Então quero que fique muito bem claro que a lei do piso em Santa Catarina na sua integralidade não está sendo cumprida. E o que está sendo

garantido aos educadores foi graças à luta do Magistério desde 2011, sendo esta Casa palco das reivindicações.

Portanto, quero dizer como deputada e professora que sou, que eu esperava muito que o estado de Santa Catarina nesses três dias de paralisação fosse o timoneiro, o primeiro a comandar a paralisação no estado, porque a pauta central do debate dessa paralisação é justamente a obtenção de mais recursos para a Educação.

A reivindicação central é os 10% do PIB para a Educação. Ou seja, se o estado afirma que não há recursos para custear o piso aos trabalhadores da Educação, por que ele não se solidariza a esse movimento nacional de busca por mais recursos? Agora, acredito, seria o momento certo.

Também quero dizer que é preciso que fique muito claro que a última lei aprovada nesta Casa não atingiu nem sequer a metade dos educadores catarinenses. Menos de 40% dos educadores receberam o reajuste conforme o governo tem anunciado. Portanto, ele não é para todos.

Quero aqui trazer outro elemento fundamental do debate nesse momento em Santa Catarina. Todos estamos falando do Pacto pela Educação, do Pacto por Santa Catarina. Pois bem, eu pergunto que pacto é este? Que obras, afinal de contas, deputado Kennedy Nunes, estão incluídas nesse pacto?

Quero dar um exemplo bem concreto. Em Chapecó temos uma Escola de Educação Básica desde 2011, que é a Coronel Lara Ribas, que está sendo reconstruído. Em 2011 fizemos uma audiência e em 2012 essa escola começou a ser reconstruída. Agora, quando fiz a análise das obras incluídas no Pacto pela Educação, vi que está lá a Escola de Educação Básica Coronel Lara Ribas como uma obra do Pacto pela Educação. Mas como, eu pergunto, se esse obra já estava sendo executada antes mesmo do Pacto pela Educação ser anunciado? Então, o que é esse pacto afinal de contas? Ele junta todas as obras que já existiam em Santa Catarina nos diferentes setores, faz uma grande peça publicitária e diz que o governo vai apresentar

grandes obras em todas as áreas, quando, na verdade, muitas obras já estavam sendo executadas por recursos e contas específicas de cada área de financiamento.

A pergunta ainda nessa linha é a seguinte: e as escolas, por exemplo, que não foram incluídas no Pacto pela Educação?

A comissão de Educação da Assembleia fez uma vistoria a 65 escolas estaduais. Pois bem, apenas 16 escolas foram incluídas no Pacto pela Educação. Eu pergunto: e as demais escolas vão ser incluídas em qual financiamento? Ou melhor dizendo, não serão incluídas? Isso não prejudica a educação?

Então, vamos fazer uma análise aqui. O governo diz que não dá para parar as escolas porque isso prejudica o andamento da educação em Santa Catarina nesses três dias. Agora, as escolas continuarem do jeito que estão prejudicando a educação dos nossos filhos não prejudica a educação dos nossos catarinenses?

Portanto, essa é a reflexão que eu gostaria de deixar aqui registrada. Hoje à tarde o Sindicato dos Trabalhadores em Educação promoverá um ato em frente à secretaria e estaremos presentes, como sempre estivemos, apoiando a educação de Santa Catarina.

Mas quero deixar o meu registro, em primeiro lugar, da necessidade de que o estado de fato se faça presente nessa mobilização. Não tem que encher o peito de orgulho e dizer que as escolas não estão paradas. Ao contrário: se quer mais dinheiro. Todas as escolas deveriam parar em solidariedade à luta nacional porque todos os municípios ganharão.

Confesso que esse Pacto por Santa Catarina está-me parecendo uma grande peça publicitária agregando as obras que já existiam e não somente obras novas.

Queremos, em segundo lugar, sr. presidente, fazer uma manifestação com relação a uma preocupação grande que temos do que está acontecendo no município de Chapecó.

Santa Catarina já tem, neste ano de 2013, 14 casos de Dengue no estado. Desses 14 casos de

Dengue, 11 são em Chapecó, com 900 focos descobertos naquele município. Há, inclusive, um decreto de emergência anunciado pelo prefeito municipal.

Todos sabem a minha posição em relação à prefeitura, ao atual governo. Tivemos o nosso candidato a prefeito, o deputado federal Pedro Uczai, que fez uma belíssima campanha apontando preocupações com relação ao futuro de Chapecó, ao crescimento e à necessidade de Chapecó ser uma cidade que lidera o desenvolvimento regional.

Pois bem, como se explica que a nossa bela e querida Chapecó tenha, dos 14 focos, 11 em Chapecó? Estou preocupada, como chapecoense, porque algo está errado. Talvez a nossa cidade não esteja sendo tão bem cuidada. Mas eu não quero, neste momento, fazer muitas críticas, quero apenas dizer que como deputada de Chapecó, a mais votada de Chapecó, estou me colocando à disposição do prefeito para ajudar a reverter esses casos, esses tristes indicadores que levam o município de Chapecó para conhecimento estadual e nacional.

O meu mandato está à disposição para que possamos reverter, conjuntamente, unindo forças, essa situação que prejudica todas as famílias chapecoenses.

Muito obrigado pela oportunidade, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Faço uso da tribuna, deputado Kennedy Nunes, jornalista Moacir Pereira, com muita satisfação e muita alegria, neste momento, em meu coração, porque tivemos a oportunidade de há dois anos, e graças à sensibilidade do então secretário de Saúde, Luiz Eduardo Cherem, o Dado, e também do então governador Leonel Pavan, ter a aprovação de um projeto de lei de minha autoria, que se caracteriza basicamente em uma grande promoção de

justiça ao segmento das mulheres em todo o estado de Santa Catarina.

Basicamente ele diz que toda mulher acometida do câncer de mama, e que diante do seu diagnóstico perante a prescrição médica tenha que fazer o tratamento e conseqüentemente a retirada da mama, tem o direito, através do Sistema Único de Saúde, à consulta, aos exames laboratoriais, ao operatório, ao pós-operatório até a reconstituição da mama com prótese de silicone totalmente gratuita.

O estado de Santa Catarina já faz esse trabalho há mais de dois anos.

Hoje é notícia no *Jornal Nacional*, em toda rede de mídias sociais no Brasil, a aprovação através do Senado do projeto de lei que deverá ser levado à sanção pela presidente Dilma Rousseff, para que se conceda esse direito em toda extensão da rede do Sistema Único de Saúde, em nível de Brasil, às mulheres acometidas do câncer, da reconstrução de mama.

Ter um diagnóstico de câncer acaba com a autoestima, promovendo inclusive até a depressão e, na maioria das vezes, a dissolução, inclusive do próprio relacionamento, do casamento, promovendo a separação, a discórdia, pelo fato da incompreensão de parte do cônjuge, no caso, o homem, de não compreender com naturalidade o momento mais difícil e crucial que a mulher passa.

Se não bastasse o câncer, chega um determinado momento em que o oncologista diz que para preservar a sua vida temos que fazer a retirada da mama. E a mulher se submete a essa situação porque afinal de contas ela tem toda uma vida, tem família, tem filhos. Passado algum tempo, com a radioterapia e todas as dificuldades, deslocando-se muitas vezes 600, 700 quilômetros para um centro mais avançado e fazer o tratamento, vem a cura. Mas depois, como mulher, ela se vê que foi mutilada.

Agora temos a grata satisfação de esse projeto ter alcançado a aprovação pelo Senado. E esperamos a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff para que faça a sanção dessa lei e coloque logo em

prática, concedendo esse direito a toda mulher brasileira.

É um projeto de inclusão social que resgata a autoestima de toda mulher acometida de câncer que, no decorrer de todo o procedimento, tem que fazer a retirada da mama.

Destaco aqui algumas matérias:

(Passa a ler)

"Senado aprova projeto que vai beneficiar quem tem câncer de mama.

Hospitais da rede pública serão obrigados a realizar a retirada do tumor e a reconstrução da mama na mesma cirurgia.

Joana descobriu que tinha câncer de mama aos 30 anos. 'Foi terrível, meu chão perdeu', diz. Ela teve que fazer uma mastectomia, ou seja, tirou toda a mama direita, e esperou dois anos, na fila do SUS, para fazer a cirurgia de reconstrução. 'A mulher se sente mutilada, ela não se sente plena', completa Joana.

O projeto de lei aprovado no Senado determina que o SUS dê condições para que as pacientes façam, na mesma cirurgia, a retirada e a reconstrução da mama.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Mastologia, a cirurgia plástica reparadora, no mesmo procedimento de retirada da mama, é recomendada na grande maioria dos casos. Em geral, a reconstrução imediata é contraindicada quando o paciente tem outros problemas de saúde, por exemplo: diabetes, fumante ou algum problema cardiológico.

O projeto diz ainda que se a reconstrução imediata não for possível deverá ser feita assim que o paciente estiver em condições. Para um mastologista a plástica imediata traz muitos benefícios. 'Isso é fundamental para o paciente no sentido de autoestima, de sua feminilidade, da capacidade de superar os diversos obstáculos que ainda virão e, do ponto de vista médico, porque você tem uma paciente mais focada no tratamento e irá aceitá-lo com mais tranquilidade', explica o vice-presidente da regional centro-oeste da Sociedade Brasileira de Mastologia, Rodrigo Pepe.

O ministério da Saúde afirma que vai ampliar a rede do SUS. "Nós estamos fazendo um diagnóstico detalhado do Brasil com um novo sistema de informação em câncer, implantado em todo o país, até maio.

Com isso teremos detalhadamente onde precisamos ampliar serviços junto aos estados e municípios," afirma o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães.

E o que mudou para Joana depois da reconstrução? "O sorriso está de volta. É a vida que segue", conta ela.

Para entrar em vigor a lei ainda precisa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Só no ano passado, em 2012, segundo o Instituto Nacional de Câncer, foram registrados no Brasil cerca de 50 mil casos de câncer de mama." Isso para aqueles que fizeram diagnóstico precoce e que entraram na rede e no sistema. Imaginem quantas outras que ainda não procuraram e não possuem esse diagnóstico e que é um direito.

E faz-se aqui uma grande promoção de inclusão social, de justiça e o resgate da autoestima da mulher catarinense que, graças como disse aqui à sensibilidade do ex-secretário Luiz Eduardo Cherem, o nosso Dado, hoje deputado, do então governador Leonel Pavan e do apoio e aquiescência dos 40 pares de deputados deste Parlamento, promoveu-se essa grande inclusão, essa grande justiça a todas as mulheres catarinenses e agora, sr. presidente, na dimensão de todo o Brasil.

Nós esperamos realmente, no mais rápido espaço de tempo, que se dê celeridade a essa tramitação e que a presidente Dilma Rousseff, até mesmo por ser mulher e de sensibilidade mais aperfeiçoada, possa com a caneta na mão sancionar e conceder esse direito a todas as mulheres brasileiras e catarinenses.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedey Nunes) - Obrigado, deputado Valmir Comin. Parabéns a v.exa. por ter feito esta iniciativa e à Casa por ter aprovado, antes mesmo de chegar ao Senado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19 horas, em homenagem aos 70 anos da CLT.

Está encerrada a sessão.